

Dossiê Patrimônio Cultural: apresentação

Josiane Roza de Oliveira*

Este dossiê se apresenta no momento em que vivemos um evento climático extremo no sul do Brasil e em meio ao que alguns pesquisadores vêm chamando de colapso ambiental, trazendo contribuições importantes para o debate sobre patrimônio cultural na época do Antropoceno. Isto porque diferentes artigos abordam a relação entre a produção cultural valorada como patrimônio e as dinâmicas populacionais, de gestão e organização das cidades, culturas tradicionais e ambiente. Aparentemente muito diversos entre si, lê-los em conjunto permite ressaltar algumas características significativas do aprofundamento crítico que a área de patrimônio cultural tem conquistado e, dessa forma, contribuído para pensar os arranjos necessários para melhor situar os viventes neste planeta.

Diante das perspectivas radicalmente assustadoras de futuro ou de ausência de futuro, olhar para trás e rever as marcas de intervenção humana que resultaram em escolhas homogeneizadoras que apequenam o mundo é também o gesto que faz perceber a diversidade de cosmovisões que foram marginalizadas e que resistem. Esse olhar permite que o entendimento de que o “futuro é ancestral”, divulgado pelo sábio indígena Ailton Krenak, ressoe de maneira significativa para os ouvidos mais atentos. Entre esses ouvidos estão, sem dúvida, os dos trabalhadores, pesquisadores e educadores do patrimônio cultural.

As práticas e reflexões na área possuem raízes fortes nos debates de redemocratização do país, na

luta por um mundo melhor, mais justo e inclusivo. Tal luta se inspirou, e inspira, as políticas públicas e ações nos espaços de atuação que reverberam na consolidação da dimensão plural da cultura, intimamente imbricada em cada esfera da vida. A reverência à diversidade, herdada da antropologia cultural, tem se afirmado na articulação de diferentes áreas das ciências humanas hoje, cada vez mais, em diálogo profícuo com as ciências da natureza e da vida. A atual edição evidencia esses movimentos salutares dos saberes em implicação mútua.

Ao valorar o que fica, o que é escolhido e o que é salvaguardado para transmissão, o patrimônio cultural, como área, exercício e bem, exerce um trabalho incisivo de problematização dos caminhos tomados na construção social, oportunizando variados questionamentos sobre narrativas únicas que nos fizeram chegar até aqui. Simultaneamente, possibilita lançar luz sobre experiências, saberes e formas de organização social que têm muito a nos ensinar sobre modos de vida que têm por base uma relação menos predatória e mais equilibrada com o mundo natural. São conhecimentos guardados e transmitidos por diferentes grupos humanos que não seguiram o atual modelo econômico e os modos de guiar a vida pelas relações de dominação e subjugação entre povos e natureza. Essas reservas de conhecimento diverso e plural são consideradas patrimônio por serem dignos de transmissão de valores estéticos, éticos, criativos, políticos, demonstrando um manancial de recursos a ser

* Doutora em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz. E-mail: jorozadeoliveira@gmail.com.

usufruído como legado das experiências do humano no planeta.

O artigo **“O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira”**, por exemplo, fala de uma experiência exitosa do Projeto Monumenta (2000-2016) na cidade de Cachoeira-BA, destacando informações sobre o impacto positivo na vida em sociedade, dos investimentos em cultura e patrimônio cultural por meio de políticas públicas. Os profissionais da área há muito sabem da riqueza e do potencial do patrimônio cultural para a melhoria da qualidade de vida dos seus produtores e dos que têm a oportunidade de fruí-los, fazendo acontecer as trocas, aprendizados mútuos e criação do novo. O artigo apresenta a melhoria na qualidade de vida da população a partir de análises comparativas de diferentes indicadores, visibilizando uma cidade antes e outra depois do Projeto Monumenta.

Essa realidade não é a mesma apresentada pelo artigo **“Eles não deixam eu morar aqui?: trabalhadores da cultura e a face sombria da gentrificação no Sítio Histórico de Olinda”**, que descreve os constrangimentos gerados pela gestão descomprometida com a articulação entre patrimônio cultural e qualidade de vida dos moradores da cidade. O artigo demonstra um deslocamento de valores que faz com que a preservação do patrimônio perca grande parte do seu sentido, havendo uma inversão: a cidade é para quem a visita e não para quem nela mora e trabalha. O artigo evidencia que, tanto quanto a degradação do tempo ou os descuidos, os processos de gentrificação colocam em risco o patrimônio cultural. Nesse sentido, as políticas públicas para o patrimônio não devem ocorrer à parte das discussões sobre que cidade queremos, para quem e como geri-la - o que implica uma articulação mais ampla entre diferentes setores da sociedade. Ninguém pode ficar de fora das discussões e decisões qualificadas que vão interferir no dia a dia de cada morador, afinal o patrimônio salvaguardado é de todos e para todos, e precisa ser inclusivo. O artigo é um diagnóstico importante e fornece pistas sobre como o poder público poderia atuar de maneira a integrar a população local ao projeto do Sítio Histórico de Olinda, colocando o Patrimônio Cultural em um lugar em que atue como agente de mudanças positivas para a qualidade

de vida dos moradores da cidade. Com isso, o texto ressalta, justamente, o que vem sendo colocado em xeque cada vez mais por diferentes pensadores contemporâneos: a lógica neoliberal, capitalista e consumista, em que tudo é apropriado como mercadoria em detrimento de valores caros à vida em comum. O patrimônio como mercadoria perde sua força propulsora como cultura e seus vínculos comunitários, abrindo, assim, espaço para práticas segregacionistas, higienistas de uso do espaço público, mediadas pelo poder aquisitivo e pela exploração imobiliária desmedida. “Eles não deixam eu morar aqui no Sítio” é a síntese de tudo o que uma gestão qualificada do território deveria prestar atenção, pois ressoa como grito e sinal de alerta sobre os caminhos equivocados que a gestão tem escolhido para o patrimônio cultural da cidade e seus moradores.

Articulado a esses dois artigos podemos ler **“Casa do Carnaval do Recife: espaço de memórias, histórias e produção de novos saberes”** e verificar como um equipamento cultural voltado para a preservação, pesquisa e difusão do acervo faz diferença no lugar de sua inserção - no caso, o centro histórico de Recife. Dedicado às culturas populares, o Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural Casa do Carnaval dá espaço, como nos dizem os autores, às “muitas vezes negligenciadas por uma história oficial”. Este enfoque oferece características singulares à instituição por demonstrar a sua importância na cidade ao enfatizar a festa popular, o não normativo, a polissemia da cidade. Como deveriam atuar, no meu ponto de vista, todas as instituições detentoras de acervos e responsáveis pela salvaguarda de patrimônios culturais, o Centro revitaliza o seu acervo por meio de pesquisas, produção de “outras histórias”, exposições, materiais bibliográficos e atua na “preservação de documentos das mais diversas tipologias”. O artigo nos apresenta este lugar como um ponto na geografia de Recife que expande o patrimônio de seus habitantes e se espalha pela cidade, devolvendo à comunidade o que é dela e, neste gesto, retroalimenta-se da dinâmica social irreverente de seus habitantes. Com isso, a Casa favorece a “formação de entendimentos sobre a diversidade cultural pernambucana, ampliando a compreensão das manifestações populares como

produtoras de formação política, de construção de identidades, de preservação de valores, de memórias e de sociabilidades”.

Outro artigo que conversa com os anteriores, principalmente na ideia de sítio histórico e seus processos de preservação e revitalização, intitulado **“Patrimônio cultural e distritos criativos: uma relação através do Distrito Criativo Centro-Gare”**, narra a experiência de um projeto realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O território objeto de intervenção é o de uma vila ferroviária cuja história remonta ao século XIX e faz parte do “centro histórico” do município, que entende a implementação do projeto como uma transformação desejada para a área, com vistas ao fortalecimento do “papel da criatividade e da economia criativa no desenvolvimento sustentável”. Com a preservação do patrimônio ferroviário e arquitetônico do sítio, a ideia, segundo os autores, é que o espaço seja ocupado por iniciativas de economia criativa propostas pela população local, produzindo atratividade tanto para as pessoas da cidade como para turistas. Outro destaque importante é a proposta de articulação entre o patrimônio edificado, a indústria criativa e o setor de eventos, na procura por meios de promoção de vitalidade para área preservada. Sabe-se que é grande o desafio de (re)construir vínculos da população com lugares de memória que haviam sido abandonados. Assim, dentre a variedade de iniciativas possíveis, ter como base de sustentação para as ações no território o fortalecimento da articulação entre salvaguarda do patrimônio cultural, arte e cultura local, tem elementos para funcionar de forma bastante satisfatória.

“Patrimônios culturais e seus significados na contemporaneidade: um estudo sobre o lugar das experiências nas representações do passado” é um artigo que levanta questões inquietantes sobre a apropriação unívoca de lugares de patrimônio cultural caracterizados como típicos de determinada cultura, favorecendo uma relação artificial com o patrimônio. O foco de análise é o município de Santa Teresa/ES, conhecido como pioneiro da imigração italiana no Brasil. Os autores demonstram como Santa Teresa pode ser vista a partir da perspectiva da cultura do espetáculo, deixando de ser uma cidade com suas dinâmicas próprias para ser um

objeto comercializável. O artigo coloca em tela questões importantes e comuns a muitas cidades que aderem a sua identidade a ideia do “típico”, ficando presas num looping contínuo, “um passado pretensamente homogêneo e idealizado”. Essa dimensão da apropriação do patrimônio evidencia o oposto do seu entendimento conceitual, demonstrando o efeito de “desenraizamento social e a desvalorização das experiências vividas coletivamente”.

O artigo **“Moradias nas margens do rio Urussanga: mapeando edificações com potencial de patrimonialização”** propõe o debate sobre a possibilidade de patrimonialização de edificações remanescentes do período de ocupação por imigrantes de ascendência italiana, no território do hoje município de Urussanga, sul do estado de Santa Catarina. Utilizando-se de metodologia de levantamento e espacialização das edificações mapeadas, teve como um dos resultados um mapa temático que possibilita a visualização do território a partir de outro ponto de vista. Além das características da ocupação colonial, o mapa permitirá o cruzamento com sítios de populações originárias que porventura forem localizados. Essa relação entre diferentes tipos de ocupação do território foi levantada pelos autores quando destacaram a identificação do povo Laklãno Xokleng como os habitantes anteriores daquele espaço, do qual foram expulsos para acomodar o novo movimento migratório que se estabelecia com o incentivo dos poderes públicos. Aí já temos um ponto de inflexão no artigo que remete aos nós górdios do patrimônio cultural: como lidar com a preservação e extroversão de patrimônios sensíveis? Dito de outra maneira, os autores identificaram que não era possível contar essa história do casario de imigração às margens do Rio Urussanga sem falar da memória dos povos originários que dão nome ao lugar Yroiçanga ou “Águas muito frias”. O povo Laklãno Xokleng é o povo que o Brasil todo conhece como sendo os alvos primeiros da tese do “marco temporal”, que quer limitar a reivindicação de Terras Indígenas àquelas ocupadas na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Não vou me estender nessa discussão porque não é o intuito desta apresentação nem o do artigo, mas considero importante mobilizar para o debate as diferentes

camadas, histórias, narrativas de ocupação de um espaço que saltam aos olhos na tentativa contemporânea de produção de coerências. As histórias apagadas e marginalizadas ao longo do tempo estão se sobressaindo mais do que nunca, e exigem dos trabalhadores do patrimônio esse olhar sempre atento. Isso é ainda mais verdadeiro em se tratando de um espaço nas margens de um rio que produziu e produz múltiplas formas de relação que merecem ser recuperadas, contrastadas, conhecidas. O artigo destaca a cultura material de produção das edificações e procura pela resposta do “por que estes bens continuam à margem do reconhecimento?”. Destaco do artigo especialmente a metodologia e as questões que incita para o tenso debate sobre ocupação do território do atual Brasil e suas consequências. Parece tratar-se de memória quente, viva e irremediavelmente sensível.

Um terceiro bloco de artigos, cujos textos conversam entre si, diz respeito justamente à relação entre natureza e cultura, seres humanos e ambiente. O afastamento intelectual gerado pelo pensamento ocidental e as práticas de uso e abuso do meio ambiente causaram à sociedade danos reais, que estão sendo revistos de maneira vigorosa nos últimos anos. O debate sobre o entendimento de que também os seres humanos fazem parte da ordem natural tem alargado a percepção dos aspectos integradores dessa relação. Desta maneira, tem-se uma leitura integradora, já que na primeira parte vimos trabalhos sobre as cidades e seus patrimônios, nesta segunda parte podemos adentrar nas sutilezas de universos em que a natureza não aparece como coadjuvante da história humana, mas na relação intersubjetiva de produção cultural. São textos importantes, pois demonstram, em certa medida, como o patrimônio cultural precisa avançar nas relações com o patrimônio ambiental, evidenciando que a melhoria da qualidade de vida precisa contemplar não apenas a humanidade, mas também todos os demais seres que habitam este planeta e o ambiente como um todo.

O artigo **“O lugar dos detentores do saber da medicina tradicional: invisibilidade de raizeiros em políticas públicas”** mostra que muito embora haja iniciativas de valorização das culturas tradicionais, persiste a ausência de políticas públicas claras e inclusivas, capazes de promover e alimentar o

ciclo virtuoso de reconhecimento, fortalecimento, salvaguarda, difusão e garantia de sustentabilidade para esses conhecimentos e seus detentores. O aspecto integrado, em nada maniqueísta, como diferentes comunidades tradicionais lidam com a saúde, adoecimento, cura, natureza e espiritualidade já nos descola da racionalidade ocidental. Isto não constitui um incômodo para os que trabalham com patrimônio cultural, familiarizados com a diversidade de vivências que fogem à prescrição, mas implica em desconforto para a lógica organizativa vigente em nossa sociedade. Raizeiras e raizeiros, detentores de conhecimentos transmitidos de geração a geração, “que cuidam da saúde de suas comunidades”, desarrumam a lógica de uma história única, perturbam a “ordem natural das coisas”, propõem e operam práticas, conhecimentos e formas de relação com a natureza que são muito diferentes dos usos promovidos pela civilização ocidental. O artigo vai demonstrando a potência dessas comunidades cujas mestras e mestres sabem “identificar plantas medicinais e seus ambientes, conhecem técnicas sustentáveis para a coleta de plantas, preparo de remédios caseiros e sua indicação para muitos males e doenças”. São saberes, contam-nos as autoras, consolidados pelo tempo, a partir de muita experimentação e observação cultivadas nas comunidades. O artigo destaca também os avanços no reconhecimento de práticas tradicionais nos cuidados com a saúde por meio do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos de 2008 e a constituição da Rede Fitovida, que se tornou “um lugar de memória para os grupos que integram a Rede, com ênfase na perpetuação das tradições dos guardiões dos saberes, de identificação e classificação das plantas medicinais e seus usos como remédios caseiros”. Estas comunidades detêm expressões da cultura e são repositórios de conhecimentos que enfrentam toda a sorte de desafios, dentre os quais o de como obter na natureza recursos de cura, uma vez que esses grupos encaram um contexto que envolve degradação ambiental, disputa pelo território, luta pela sustentabilidade, preconceitos e, em alguns casos, intolerância religiosa e ameaça constante de apropriação dos seus saberes pela indústria farmacêutica. O artigo consegue transmitir toda a complexidade de um sistema de vida e valores que

confrontam o pensamento e forma de organização social hegemônicos. Esse tipo de pesquisa consegue revelar ao macro a importância do micro, contribuindo para o estudo e o estabelecimento de políticas públicas assertivas para as comunidades.

O artigo **“Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas”** trata das transformações culturais, econômicas, ecológicas e sociais vividas pela comunidade quilombola Vila União/Campina, no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó, com a introdução de monocultivos, agrotóxicos, novas formas de relação com a terra e o impacto da abertura de uma rodovia estadual que atravessa o território. O estudo centra-se, principalmente, na desarticulação de modos de vida de comunidades locais que têm como base de cultivo a agrobiodiversidade, uma das principais estratégias da comunidade para o enfrentamento das pressões externas com vistas a garantir a sua permanência na região. A resposta dos agricultores é a manutenção da “diversidade de plantas em seus sistemas agrícolas”, como os roçados de mandioca, que contam com dezessete variedades de mandioca brava e seis variedades de macaxeira, além de jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e banana. A riqueza da biodiversidade possibilitada por uma relação menos predatória com a natureza é um grande legado dessa comunidade que poderia ajudar a pensar alternativas realmente sustentáveis para o lugar e, numa dimensão mais ampla, para o planeta. Nesse sentido, o artigo nos apresenta uma experiência bastante concreta da importância dos modos de vida comunitários do interior do país para a preservação biológica e cultural. O artigo também alerta para as ações agressivas de desenvolvimento neoliberal, que não contemplam a dimensão social das comunidades locais e muito menos se preocupam com a extinção massiva da biodiversidade e das culturas das populações tradicionais. Outro agravante destacado pelos autores é a demora para a titulação do território como Quilombola, tornando a situação dos moradores bastante insegura e suscetível às invasões e à fragmentação do território - formas de enfraquecer a comunidade. Um tema bastante sensível, que não deveria deixar de ser trabalhado, é o fato de que a extinção dessas culturas e ambientes

empobrece a vida e coloca em risco equilíbrios mínimos da nossa relação com o mundo natural. Ressaltar, valorizar e fortalecer a cultura dessas comunidades tradicionais faz parte da luta pela garantia dos seus direitos à vida digna, em sua diversidade biológica e cultural, configurando-se numa das dimensões mais importantes para todos os trabalhadores da área de patrimônio nos dias de hoje.

Outros três artigos do dossiê formam um bloco que propõe discussões mais internalistas, por assim dizer, para a área de Patrimônio. O artigo **“A defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1969)”** é importante na medida em que discute a relação do patrimônio com a comunidade externa. No caso da Escola, quem levanta a necessidade do olhar cuidadoso para o edifício e as ideias de educação que permearam a sua concepção é uma jornalista que se utilizou das colunas de um jornal para pautar o debate. Interessante ressaltar que uma memória vencida pelo tempo e no tempo tem a capacidade de trazer à tona um debate importante sobre a capacidade mobilizadora do patrimônio cultural. Um projeto arquitetônico abarca não apenas a materialidade do edifício, mas ideias, sonhos que se querem ver concretizados. O edifício pode ajudar a narrar a triste história do desmazelo para com as ideias centrais mobilizadoras de um plano de educação e também o papel significativo do equipamento para quem aspirava ver a execução em sua completude. Destacado ou não como patrimônio pela comunidade, o edifício, além de marcas no território, produziu memórias de reivindicação do seu projeto original - vencido, por certo, mas ainda ressonante.

“Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação” é um artigo muito importante para a área na medida em que demonstra, a partir de uma experiência, a importância do trabalho interdisciplinar para a organização e preservação do patrimônio cultural de uma instituição. A experiência expõe os ganhos para a organização de um Arquivo considerado histórico, tendo como base os princípios da arquivologia e da história. No projeto, áreas de conhecimento diferentes, mas articuladas, produzem maneiras de

pensar um acervo e sua organização, garantindo a integridade dos documentos e a valoração como patrimônio documental - no caso, do patrimônio histórico escolar.

Em suma, temos, neste número do Caderno do CEOM um dossiê “Patrimônio Cultural” robusto, interdisciplinar, atento às discussões e necessidades contemporâneas, sem descuidar de questões teóricas e metodológicas. Um número que deixa claro o quanto o Patrimônio Cultural está imbricado nas discussões sobre o presente e reflete sobre o que podemos ainda plantar e inspirar para que haja algum futuro.

Além do dossiê, a edição conta com alguns artigos submetidos em fluxo contínuo: **“Mídia, história e memória: uma análise do programa Salto para o Futuro na formação docente”**, **“O grande incêndio de 1951: relato de uma catástrofe na Serra de Santa Catarina”**; **“Plantar e Pescar: um modo de vida de terra e mar”**; **“Recrutamentos e deserções na província de Santa Catarina no início do Império do Brasil (1822-1825)”**.

Vale muito a pena a leitura do número como um todo!